



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Item 1 – Dê-se ao § 2º do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º**

§ 2º Ato Conjunto do Ministro de Estado da Fazenda e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços poderá dispor sobre critérios de priorização para os destinatários das medidas de apoio previstas nesta Medida Provisória, observado o percentual de faturamento dependente de exportações para os Estados Unidos da América, os setores, o porte dos beneficiários ou os tipos de produtos.”

Item 2 – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 6º-I da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, como proposto pelo art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 6º-I.** Os recursos integralizados no FGO com base em legislação específica com a finalidade de mitigar os impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre as exportações brasileiras aos Estados Unidos da América serão usados para a cobertura das operações relacionadas ao apoio a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)



Item 3 – Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 1º e ao *caput* do art. 5º-A, ambos da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, como propostos pelo art. 6º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

III – disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

“Art. 5º-A. Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, inclusive do principal, limitada ao montante de R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

.....” (NR)

Item 4 – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 1º-D e ao inciso III do *caput* do art. 2º, ambos da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, como propostos pelo art. 9º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º-D.

I – atendimento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América; e

.....” (NR)

“Art. 2º

III – Programa Emergencial de Acesso a Crédito para atendimento às pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como seus fornecedores, desde que impactadas pela imposição de tarifas adicionais



sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América e atendimento a desastres nos Municípios afetados com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal (Peac-FGI Solidário), por meio da disponibilização de garantias pelo FGI, com patrimônio apartado para garantia exclusivamente às operações de que trata o art. 1º-D, observados, subsidiariamente, as regras, os normativos e a estrutura de governança do Peac-FGI.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os ajustes redacionais propostos nesta emenda têm o intuito de deixar claro o público-alvo das medidas de apoio financeiro contempladas na MP 1309/25. Conforme alardeado pelo Governo, trata-se de medida pontual que tem a finalidade de se contrapor ao chamado Tarifaço imposto pelos EUA. Termos como ‘especialmente’, ‘inclusive’ acabam abrindo demais o escopo das medidas, fugindo aos objetivos que o próprio Governo tem defendido.

Diante do acima, peço aos nobres Pares o apoio à presente emenda, tendo em vista a necessidade de focarmos nas empresas exportadores e seus respectivos fornecedores que venham de fato sofrendo os efeitos do tarifaço norte-americano. Qualquer coisa diferente disso abre espaço para desvio de finalidade e, conseqüentemente, recursos que não chegarão a quem de fato foi afetado pelas medidas dos EUA.

Sala da comissão, 18 de agosto de 2025.

Deputado Mendonça Filho
(UNIÃO - PE)

